



solicitação foi enviada posteriormente ao fechamento da pauta, a Plenária deve aprovar a inclusão para que a mesma possa ser apreciada, colocando em seguida em votação a inclusão, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida colocou aos conselheiros que o Edital de Convocação para as inscrições para concorrer a eleição de organizações não governamentais e usuários da água para o biênio 2012/2013 já foi publicado, sendo o prazo de inscrições de primeiro de setembro a sete de outubro de 2011, na Superintendência de Recursos Hídricos das 14h as 17h, destacando que o edital já se encontra disponível no site do CEHIDRO. Ponderou ainda que de acordo com o Decreto nº 2.707/2011, que regulamenta o CEHIDRO, houve alteração na forma de eleição, tornando-se mais democrática. Colocou aos conselheiros em seguida que a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, a qual é responsável pela revisão da Lei da Política Estadual de Educação Ambiental, solicitou que o CEHIDRO concedesse diárias ao conselheiro Rodrigo Alexandre Azevedo Araújo, para que o mesmo participasse das discussões da Minuta de Alteração da Lei no interior do estado, ponderando que como foi uma solicitação nominal, e não tínhamos conhecimento dos trâmites burocráticos para a concessão de diárias para os conselheiros, fizemos todo o procedimento, porem as mesmas não foram concedidas devido a pendências do conselheiro junto a administração estadual. Passou a palavra a Secretaria do Conselho, que colocou aos conselheiros que as diárias, conforme o Decreto que regulamenta o CEHIDRO, só podem ser concedidas para os conselheiros representantes de usuários de água e instituições não governamentais que não possuam vínculo empregatício com a administração estadual, apresentando em seguida as informações contidas no Art. 6º e 11 do Decreto nº 2.101 de 18 de agosto de 2009 que regulamenta a concessão de diárias no Estado de Mato Grosso. O Secretario Executivo colocou que mesmo não tendo sido concedidas as diárias ao conselheiro, foi uma aprendizagem que facilitará futuras concessões e destacou que estas diárias somente são concedidas para conselheiros escolhidos pela Plenária para representar o CEHIDRO em reuniões, e não para o deslocamento dos conselheiros do seu município de origem para participar das reuniões do Conselho. Dando continuidade, informou aos conselheiros que foi apresentado o recurso disponível para o PTA 2012, ponderando que a SEMA como um todo teve uma redução considerável de recursos, ficando disponível para a SURH somente R\$150.000 (cento e cinquenta mil reais), o que dificultará nossas atividades no próximo ano, porem destacou que a SURH está buscando parcerias para manter suas atividades essenciais. Em seguida o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que foi criado o Grupo de Trabalho de Revisão da Lei 6.945/97,

69 porem não se determinou uma data de entrega do produto, a qual é necessária por ser  
70 um Grupo de Trabalho. A conselheira Alessandra Panizi colocou que como já se tem uma  
71 análise da minuta, a qual foi feita em reuniões anteriores do CEHIDRO, pode se colocar  
72 como data final a 35ª Reunião, no dia 10 de novembro, pois somente é necessária a  
73 finalização do mesmo, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Secretario Executivo  
74 informou os conselheiros que ele e a Secretaria do Conselho participaram em Minas  
75 Gerais da reunião do Fórum Nacional de Órgãos Gestores de Água, onde foi realizada a  
76 eleição de nova diretoria, sendo eleitos o estado de Minas como Coordenador, Mato  
77 Grosso como Coordenador Administrativo, Bahia como Secretaria, Pará como  
78 Coordenador Regional da região Norte, Paraná como Coordenador Regional da região  
79 Sul, São Paulo como Coordenador Regional da região Sudeste, ficando pendente de  
80 confirmação a Indicação de Goiás como Coordenador Regional da região Centro Oeste e  
81 de Piau ou Alagoas como Coordenador Regional da região Nordeste. Colocou aos  
82 conselheiros em seguida que o CNRH está revisando o seu Regimento Interno e solicitou  
83 que fossem analisados pelos membros e enviadas sugestões que achem necessárias as  
84 quais devem ser enviadas em formulário próprio até o dia 07 de outubro, destacando que  
85 o CEHIDRO é membro titular do CNRH e será enviada para os conselheiros a Minuta do  
86 Regimento Interno, as orientações e os Formulários para que possam se manifestar junto  
87 a Secretaria Executiva do CEHIDRO até o dia 05 de outubro, a qual irá compilar as  
88 sugestões e encaminhar a Secretaria Executiva do CNRH. A conselheira Alessandra  
89 Panizi questionou se seria possível que a Secretaria Executiva do CEHIDRO enviasse as  
90 suas considerações, ao que o Secretario Executivo respondeu que o formulário  
91 preenchido pela Secretaria Executiva será encaminha junto com os demais documentos.  
92 O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que foi reativado o Conselho Gestor da  
93 Bacia Tocantins-Araguaia, tendo ocorrido a primeira reunião do mesmo no dia 12 de  
94 setembro em Palmas - TO. Deu continuidade informando aos conselheiros que a SURH  
95 assumiu, através da Gerencia de Apoio e Fomento a Comitês de Bacia Hidrográfica a  
96 Diretoria Regional do Centro Oeste na Rede Brasileira de Organismos de Bacia –  
97 REBOB, a qual foi criada com o intuito de ser uma local de troca de informações e  
98 experiências entre estes organismos. Colocou ainda aos conselheiro que foi revogada a  
99 Lei 8.097/2004, sendo agora a Lei nº 9.612 de 12 de setembro de 2011 que dispõe sobre  
100 a administração e conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado,  
101 ponderando que a mesma foi publicada com erro material citando como sanções o  
102 numero dos artigos da Lei 6.945/97 em vez de citar o numero dos artigos

correspondentes na própria lei, porem já foi encaminhada para a republicação e a gerencia de águas subterrânea já está trabalhando na adequação do procedimentos administrativos necessários. Salientou que a outorga não é descentralizada aos municípios nem desconcentrada para as Unidades Regionais da SEMA, sendo necessário um prazo para a SURH se reestruturar e resolver as pendências administrativas. A conselheira Alessandra Panizi solicitou que fossem lidos os artigos que foram citados erroneamente e o Secretario Executivo procedeu a leitura dos Arts. 13, 36 e 37 da Lei nº 9612/2011 e o Art. 28 da Lei 6.945/97. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que para a regulamentação da Lei 9.612/2011 e o inicio de sua aplicação é necessário que o CEHIDRO aprecie a aprobe as Resoluções Correspondentes, sendo necessário marcar uma reunião extraordinária somente para a discussão deste tema bem como uma reunião da CTAS para análise das minutas, ponderando que a Sugestão da Secretaria Executiva para a Reunião da CTAS é que a mesma seja realizada no dia 22 de setembro, as 14h, na sala do CEHIDRO, e a Reunião Extraordinária para o dia 11/10 as 09h, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Conselheiro Décio Siebert solicitou que fosse agendada uma reunião da CTGPar para o dia 11/10 no período da tarde na sala do CEHIDRO, o que foi aprovado pelos conselheiros. Em seguida o Secretario Executivo colocou em apreciação a Minuta de Moção nº 11, a ser encaminhada à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso – CIEA/MT, solicitação de retirada da menção aos Comitês de Bacias Hidrográficas da redação do § 2º do Art. 17 da Minuta de Alteração da Lei nº 7.888/2003 e leu o § 2º do Art. 17 da Minuta de Alteração da Lei nº 7.888/2003. A Secretaria do CEHIDRO colocou que esta moção já foi discutida na reunião anterior, e leu a Minuta de Moção. O Conselheiro Décio Siebert colocou que a inclusão dos Comitês nesta parágrafo é uma ingerência, pois não é função do comitê. O Secretario Executivo colocou em votação a Apreciação de Minuta de Moção nº 11 encaminhada à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso – CIEA/MT, solicitação de retirada da menção aos Comitês de Bacias Hidrográficas da redação do § 2º do Art. 17 da Minuta de Alteração da Lei nº 7.888/2003, a qual foi aprovada. Em seguida, O Secretario Executivo colocou em apreciação a Minuta de Moção nº 12 a ser encaminhados à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, solicitando que revogue os Artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 412 de 13 de dezembro de 2010, que altera a Lei Complementar nº 38 de 21 de novembro de 1995, explicando que a elaboração dessa Moção foi uma solicitação da Associação dos Analistas de Meio Ambiente da SEMA/MT de um posicionamento sobre a

137 Lei Complementar nº 412 /210, que altera as áreas de preservação permanente no  
138 Estado. A Secretaria do CEHIDRO colocou que este tema também tinha sido discutido em  
139 reunião anterior e ficou acordado que os encaminhamentos dados seriam o  
140 Encaminhamento da Moção à Assembléia Legislativa e o Processo para o CONSEMA,  
141 solicitando manifestação do mesmo. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que no  
142 corpo da moção constasse a argumentação técnica para a retirada dos itens não  
143 existentes no Estado bem como para a reinclusão das veredas, porem sem se alterar a  
144 metragem das matas ciliares, pois não adianta brigarmos por uma maior metragem se  
145 não conseguimos proteger sequer os 30 metros colocados pela Lei Complementar. O  
146 Conselheiro Décio Siebert colocou que colocar uma metragem de mata ciliar linear não  
147 garante a proteção dos recursos hídricos, pois as características de cada local podem  
148 necessitar uma mata ciliar maior ou menor e que este ponto deveria ser analisado em  
149 cada projeto, sendo responsabilidade do técnico que assina o projeto. A conselheira  
150 Edenir Serigatto ponderou que a mata ciliar não é o mais importante para a proteção dos  
151 recursos hídricos, mas sim as nascentes e os topos de morros. A conselheira Alessandra  
152 Panizi colocou que a moção tem que ser pontual, colocando os itens que devem ser  
153 alterados. O Conselheiro Décio Siebert colocou que tem que ser verificada a topografia  
154 do local, pois isto que define a mata ciliar necessária para a proteção dos recursos  
155 hídricos, sendo complementado pela conselheira Edenir Serigatto que em alguns casos  
156 uma área de proteção permanente de 50m já protege suficientemente a nascente. A  
157 conselheira Alessandra Panizi questionou o Conselheiro Décio Siebert se ele poderia  
158 redigir uma parecer falando sobre a necessidade de se ter uma mata ciliar não linear, com  
159 o que o mesmo concordou. O Conselheiro José Ferraz ponderou que quando se fala em  
160 algo no Brasil se pensa logo em punição, porem devemos pensar também na  
161 possibilidade de compensação ambiental, sendo colocado pelo Secretário Executivo que  
162 dentro do Programa de governo já se tem previsão de recursos para serem repassados  
163 para o pagamento por serviços ambientais, dentro do item Amazônia, ponderando que  
164 talvez o estado não esteja ainda pronto para isso. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos  
165 conselheiros que o processo precisa de um encaminhamento, sugerindo que seja  
166 elaborada uma nova minuta de moção, onde seriam colocados as argumentações  
167 técnicas para a inclusão e exclusão dos assuntos, e apreciada na reunião extraordinária  
168 do dia 11/10, o que foi aprovado pelos conselheiros. A conselheira Edenir Serigatto  
169 ponderou que não temos áreas acima de 1800 m, porem temos em áreas altas  
170 vegetações típicas do Estado, sendo interessante incluí-las nas áreas de preservação

171 permanente, se comprometendo a mandar um parecer sobre o assunto. O Secretário  
172 Executivo passou então a palavra para o Sr. Nédio Pinheiro, Coordenador de Controle de  
173 Recursos Hídricos, o qual apresentou a minuta de Resolução que estabelece critérios  
174 técnicos a serem aplicados nas análises de usos independentes de outorga, colocando  
175 aos conselheiros que os critérios técnicos estabelecidos anteriormente pela Resolução n°  
176 38 são tão baixos que estão inviabilizando a classificação de pequenos produtores como  
177 insignificantes, ponderando ainda que não existe uma bomba disponível que tenha  
178 capacidade de captação compatível com o uso considerado insignificante na Resolução  
179 n° 38. O Secretário Executivo ponderou que foram alterados somente os índices, sendo o  
180 corpo da Minuta exatamente o mesmo da Resolução n° 38. A conselheira Alessandra  
181 Panizi solicitou ao Sr. Nédio Pinheiro que fosse dado um exemplo de Acumulações com  
182 volume de até 15.000 m³, ou com área de espelho d'água inferior ou igual 10.000 m², que  
183 constam no Inciso VI do art. 2°, sendo respondida pelo Sr. Walter Carvalho Filho, Analista  
184 de Meio Ambiente da SEMA, que esse exemplo poderia ser uma família com seis  
185 integrante que possua uma acumulação em caixa d'água de 10.000 l para manter a  
186 família. A conselheira Alessandra Panizi questionou se toda acumulação terá que ter  
187 outorga ou cadastro de uso insignificante, mesmo que seja utilizada somente para  
188 recreação. O conselheiro José Ferraz ponderou que deve ser verificado como está sendo  
189 colocado na piscicultura quando a mesma ocorre em tanque escavado com acúmulo de  
190 água da chuva, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que neste caso não é  
191 outorgável porque é água de chuva. A conselheira Alessandra Panizi questionou se uma  
192 acumulação de 16 mil litros que não tenha uso terá que ter outorga, sendo colocado pelo  
193 conselheiro Décio Siebert que é outorgado o uso e não a acumulação, ou seja, estaria se  
194 outorgando a captação para esta acumulação, uma vez que a mesma é feita fora do  
195 corpo hídrico, sugerindo a supressão do Inciso VI do art. 2° bem como do § 2° deste  
196 mesmo Art., uma vez que coloca que somente será considerado acumulação no Inciso IV  
197 quando realizada fora do corpo hídrico, o que foi aprovado. A Conselheira Vânia Borges  
198 questionou se o Inciso V do Art. 2° não está incluído no Inciso IV, sendo respondida pela  
199 Sra. Ariane Rodrigues, Analista de Meio Ambiente, que não está porque em rios pode  
200 ocorrer diluição insignificante se o efluente tiver qualidade superior a do rio, o mesmo não  
201 ocorrendo em reservatórios, pois não se tem aeração e qualquer carga pode causar  
202 eutrofização, não existindo portanto diluição insignificante em reservatórios. O Secretário  
203 Executivo colocou em votação a Minuta de Resolução com as alterações já aprovadas,  
204 sendo aprovada por unanimidade. Passou então a palavra a conselheira Telma Monteiro,

que colocou que a Portaria de Potabilidade nº 518 do Ministério da Saúde foi aprovada e está se aguardando sua publicação, se comprometendo a encaminhar a Secretaria Executiva do CEHIDRO para ser dado conhecimento aos conselheiros. A sra. Leonice Lotufo, Gerente de Apoio e Fomento a Comitês de Bacia Hidrográfica, colocou aos conselheiros que nos dias 20 e 21 ocorrerá o Seminário Gestão Participativa Pró-Comitê de Bacias Hidrográficas de Rios Urbanos – Cuiabá, no Auditório do Centro SEBRAE de Sustentabilidade e convidando todos a participarem. Entregou também aos conselheiros o convite para o XIII ENCOB, que ocorrerá de 24 a 28 de outubro em São Luiz – MA, ponderando que infelizmente este ano a SEMA não disponibilizará ônibus para levar conselheiros e interessados como tem feito nos últimos anos. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 00min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

\_\_\_\_\_  
VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO  
Presidente do CEHIDRO

\_\_\_\_\_  
LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI  
Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 19/10/2011.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*